



feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER TÉCNICO DIMIM: 091/2006
PROCESSO COPAM: 0082/1982/020/2005
PROCESSOS DNPM: 3.138/35; 839/66; 7.855/57.
FASE: CONCESSÃO DE LAVRA

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: RIO VERDE MINERAÇÃO S.A.		
Empreendimento: MINAS NORTE, SUL E TÉCNICA		
Atividade: Exploração de Minério de Ferro		
CNPJ: 21872226/000388		
Endereço: Rua Tomé de Souza, 273 - 11º andar -		
Funcionários - BH / Cep: 30.140-130		
Localização do empreendimento: BR - 040 Km 543		
Município: Nova Lima		
Consultoria: João Paulo Campello de Castro		
Referência: Auto de infração nº 2324/2005 - Infração Grave/ Análise da Defesa Administrativa		

DN:	Código	Porte
74/04	A-02-03-8	G

RESUMO

Parecer Técnico referente à análise do Auto de Infração nº 2324/2005, lavrado em 11 de maio de 2005, contra a Rio Verde Mineração S.A, correspondente à fiscalização realizada nas instalações da empresa no dia 02 de maio de 2005.

A empresa foi autuada com base no decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, artigo 19, § 2º, item 4, sendo tal infração tipificada como grave. Na fiscalização foi constatado "banheiro a céu aberto" na frente de lavra, sequência das cavas 3 e 4, onde se ressalta que não foram encontrados em campo, banheiros químicos e ou fossas sépticas necessárias ao controle ambiental.

Em sua Defesa Administrativa, apresentada à FEAM no dia 22 de junho de 2005, a empresa alega que a constatação de "banheiro a céu aberto" feita pelos técnicos da FEAM não pode ser classificada como emissão de resíduos sólidos, e que tal ação não é capaz de provocar degradação ambiental.

Portanto, tais justificativas da defesa não a eximem da irregularidade constatada e são, na verdade, reforçadas, quando a empresa cita em sua defesa que providenciou, imediatamente, a contratação dos serviços da LOCBAN que passou a fazer o fornecimento e manutenção de banheiros químicos instalados em pontos estratégicos da empresa, conforme sugestão do técnico da FEAM.

Pede-se o encaminhamento deste parecer técnico a PRO/FEAM.

Divisão de Extração de Minerais Metálicos - DIMIM		Diretoria de Licenciamento e Atividades Industriais e Mineiras - DIRIM
Autores: Emerson Florencio Ramon Coelho Cruz (Estágio Supervisionado)	Gerente: Bárbara Valadão L. Torres	Diretor: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura:	Assinatura:	Assinatura:
Data: 26/06/06	Data: 06/06/06	Data: 06/06/06



I- Introdução:

Parecer Técnico referente à análise do Auto de Infração nº 2324/2005, lavrado em 11 de maio de 2005, contra a Rio Verde Mineração S.A, correspondente às fiscalizações realizadas nas instalações da Empresa.

A Empresa foi autuada com base no decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, artigo 19, § 2º, item 4, sendo tal infração tipificada como grave. Na fiscalização foi constatado "banheiro a céu aberto" na frente de lavra, seqüência da cava 3 e 4, especificamente onde a retro-escavadeira Fiatallis nº 809 estava em operação, ressaltando-se que não foram encontrados em campo banheiros químicos e ou fossas sépticas necessárias ao controle ambiental.

Em sua Defesa Administrativa, face ao referido Auto de Infração, a Empresa alega que a constatação de "banheiro a céu aberto" feita pelos técnicos da FEAM não pode ser classificada como emissão de resíduos sólidos, e que tal ação não é capaz de provocar degradação ambiental.

A Defesa Administrativa da empresa foi apresentada junto a FEAM, no dia 22 de junho de 2005.

II – DISCUSSÃO

A empresa Rio Verde Mineração S.A em sua defesa, alega que a constatação de "banheiro a céu aberto" feita pelos técnicos da FEAM em nada tem a ver com "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental" conforme decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, artigo 19, § 2º, item 4.

De acordo com a lei estadual nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, artigo 2: "*Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:*

- I – prejudicar a saúde ou bem-estar da população;*
- II – criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
- III – ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;*
- IV – ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico."*

Rubrica do(s) Autor(es) :

Parecer Técnico DIMIM N.º 091/2006
Processo COPAM N.º 082/1982/020/2005



Portanto, a equipe técnica da Feam, agindo de forma preventiva, autuou a irregularidade "banheiro a céu aberto", baseada nos incisos I e II do artigo 2 da lei Estadual nº 7772, ressaltando que **não podem ser excluídas as possibilidades de contaminação do solo e do lençol freático, além da indispensável responsabilidade da empresa na condução de políticas sócio – ambientais efetivas.** Deve ser ressaltado também que não foram encontrados no local, naquele momento, banheiros químicos ou fossas sépticas necessárias ao controle ambiental.

Ainda em sua defesa, a empresa alega que no descrito pelo fiscal da FEAM que lavrou o AI nº 2324/2005 não foi especificada a Deliberação a qual ele se refere como fundamento da autuação, e nem o órgão da qual a mesma emana, sendo esta a descrição do AI 2324/2005 contestada pela empresa: *"...foi verificado "banheiro a céu aberto", o que é uma não conformidade perante a Deliberação Normativa."* Porém, o fiscal da FEAM tem respaldada sua autuação no decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, artigo 19, § 2º, item 4; quando este faz uso do mesmo e apenas se refere da mesma forma às Deliberações Normativas sem citar o órgão das quais estas emanam, a saber:

"emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;"

Portanto, tais justificativas da defesa não a eximem da irregularidade constatada e são, na verdade, reforçadas, quando a empresa cita em sua defesa que providenciou, imediatamente, a contratação dos serviços da LOCBAN que passou a fazer o fornecimento e manutenção de banheiros químicos instalados em pontos estratégicos da empresa, conforme sugestão do técnico da FEAM.

III- Conclusão

Do ponto de vista técnico, a Empresa Rio Verde Mineração S.A em sua defesa não apresentou situação que a eximisse de culpa e favorecesse o arquivamento do Auto de Infração nº 2324/2005. Portanto, recomenda-se manter a autuação apontada pelos técnicos da FEAM.

Pede-se o encaminhamento deste Parecer Técnico a PRO/FEAM.

Rubrica do(s) Autor(es) :

Parecer Técnico DIMIM N.º 091/2006
Processo COPAM N.º 082/1982/020/2005



PARECER JURÍDICO

I) RELATÓRIO

1 - O empreendimento *Rio Verde Mineração SA* foi autuado como incurso no item 4, do § 2º, do artigo 19, Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02, pela seguinte irregularidade, *in verbis*:

"emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas."

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, o empreendedor apresentou sua defesa, alegando, em síntese:

- a) que a tipificação legal não condiz com a conduta descrita;
- b) que houve cerceamento de defesa, vez que o fiscal não especificou qual Deliberação Normativa foi violada pelo autuado;
- c) que a Autuada contratou prontamente os serviços de locação e manutenção de banheiros químicos;
- d) que o Auto de Infração deve ser considerado nulo.

3 - O Parecer Técnico DIMIM 091/2006 sugere a aplicação da penalidade cabível, eis que as justificativas apresentadas na defesa não são possíveis de descaracterizar o Auto de Infração em epígrafe, vez que *"não eximem da irregularidade constatada e são, na verdade, reforçadas, quando a empresa cita em sua defesa que providenciou, imediatamente, a contratação dos serviços da LOCBAN que passou a fazer o fornecimento e manutenção de banheiros químicos instalados em pontos estratégicos da empresa, conforme sugestão do técnico da FEAM"*.

4 - Análise Jurídica

No entendimento desta Procuradoria, os argumentos apresentados pela defesa são desprovidos de fundamentos jurídicos para descaracterizar a infração caracterizada.

Não há que se falar que a tipificação legal não condiz com a conduta descrita no auto de infração, pois, como muito bem ressaltou o Parecer Técnico DIMIM 091/2006, a legislação vigente é clara ao considerar como poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente. Assim, "banheiro a céu aberto" caracteriza a *"possibilidade da contaminação do solo e do lençol freático, além da indispensável responsabilidade da empresa na condução de políticas sócio-ambientais efetivas"*.

Quanto ao cerceamento de defesa, são desprovidos de fundamento os argumentos da Autuada, pois o Decreto Estadual n. 43.127/02 faz menção às Deliberações Normativas de forma genérica, normas que são de cumprimento obrigatório e que estabelecem claramente os parâmetros dos padrões ambientais.

Dessa forma, não há razões para que o Auto de Infração em epígrafe seja considerado nulo.

II) Conclusão

5 - Por derradeiro, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Presidência da FEAM, sugerindo a aplicação de 01

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



(uma) multa, no valor de R\$ 42.564,00 (multa aplicada no máximo e em dobro em razão da reincidência específica em infração gravíssima), nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "c" (infração grave, porte grande do empreendimento), c/c artigo 2º, § 1º, inciso III, c/c artigo 3º, § 1º, da Deliberação Normativa COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2006.


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe


Flávia Tahan Noyaes
OAB.MG 96.362